

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
E NOTAS EXPLICATIVAS  
1º Trimestre de 2026**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
Administração Direta**

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE  
Secretaria Executiva – SE  
Diretoria de Logística, Orçamento e Contabilidade – DAFC  
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCC  
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – 2026  
Administração Direta

**MINISTRO DO TRABALHO**

LUIZ MARINHO

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

FRANCISCO MACENA DA SILVA

**DIRETOR DE LOGÍSTICA, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE**

ROGERIO XAVIER ROCHA

**Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos**

WELINTON VITOR DOS SANTOS

**Coordenadora de Contabilidade**

PATRICIA DE MELO COSTA

**Elaboração**

Tatiane Aguiar de Oliveira

**Equipe Setorial Contábil**

Crislaine dos Santos Diniz

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

**Informações:**

Telefone: 2031-6031

Correio eletrônico: [ccont@trabalho.gov.br](mailto:ccont@trabalho.gov.br)

## Sumário

CONTEXTO OPERACIONAL.....	6
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	10
I - BALANÇO PATRIMONIAL .....	10
II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	12
III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	12
V - BALANÇO FINANCEIRO.....	16
VI - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	15
NOTAS EXPLICATIVAS .....	18
BALANÇO PATRIMONIAL .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1 . CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA .....	21
2 . CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO.....	22
2.1 – Demais Créditos e Valores.....	22
2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio.....	23
3.1 Bens Móveis .....	26
3.2 Bens Imóveis.....	27
5 . CONTAS DE CONTROLE.....	30
5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres .....	30
5.2 Contratos em Execução .....	31
5.3 - Diversos Responsáveis .....	32
5.4 – Passivos Contingentes .....	33
6 . DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	34
6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA .....	34
6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD .....	34
6.3 Desempenho Financeiro.....	34
6.4 Desempenho Não Financeiro .....	35
6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada .....	35
7 . BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	37
7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	37
7.2 Restos a Pagar .....	38
7.3 Execução Orçamentária.....	40

8 . DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	41
8.1. Geração Líquida de Caixa .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
8.2. Atividades Operacionais .....	41
8.3. Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa .....	41
9 . BALANÇO FINANCEIRO .....	43
9.1 – Resultado Financeiro .....	43
9.2 Receitas e Despesas Orçamentárias.....	44
9.3 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas.....	44
9.4 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários .....	44

## **LISTA DE SIGLAS e ABREVIações**

BF – Balanço Financeiro  
BO – Balanço Orçamentário  
BP – Balanço Patrimonial  
BCB - Banco Central do Brasil  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CF – Constituição Federal  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros  
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional  
DCON – Demonstrações Contábeis  
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa  
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
LOA – Lei orçamentária anual  
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
ME – Ministério da Economia  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência  
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social  
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público  
RP – Restos a Pagar  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial  
SPU – Secretaria de Patrimônio da União  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
UG – Unidade Gestora  
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa  
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

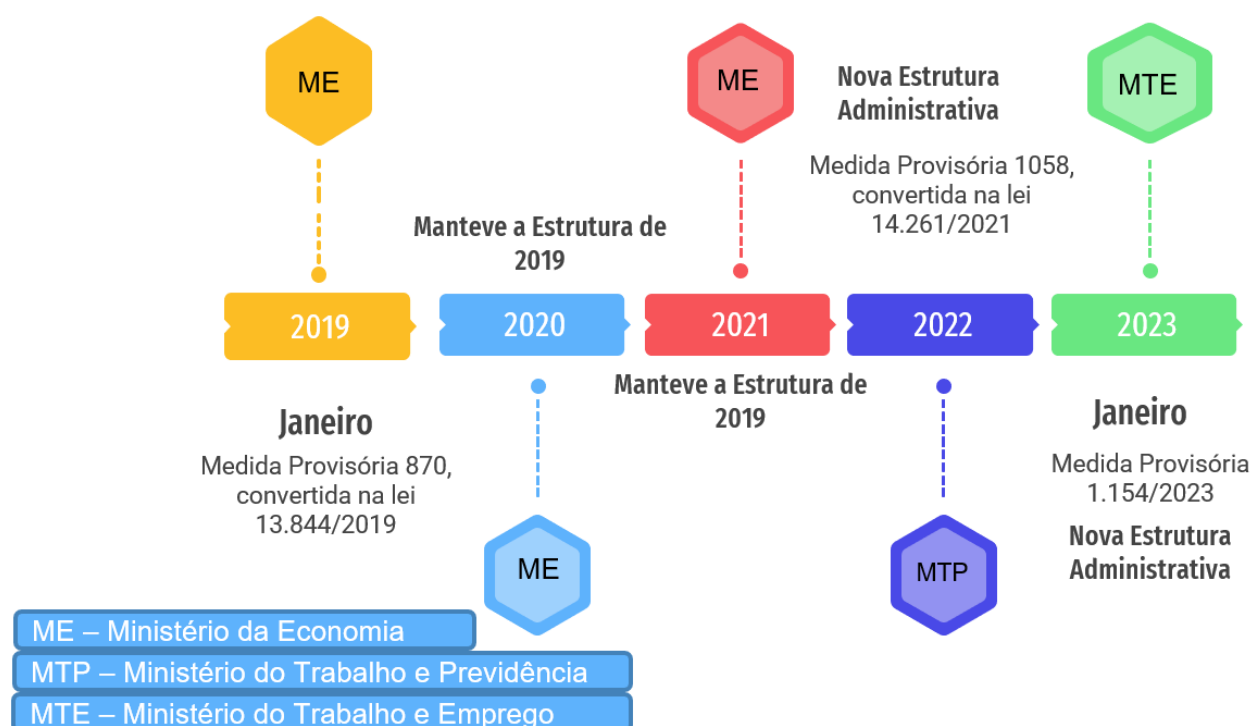
## CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

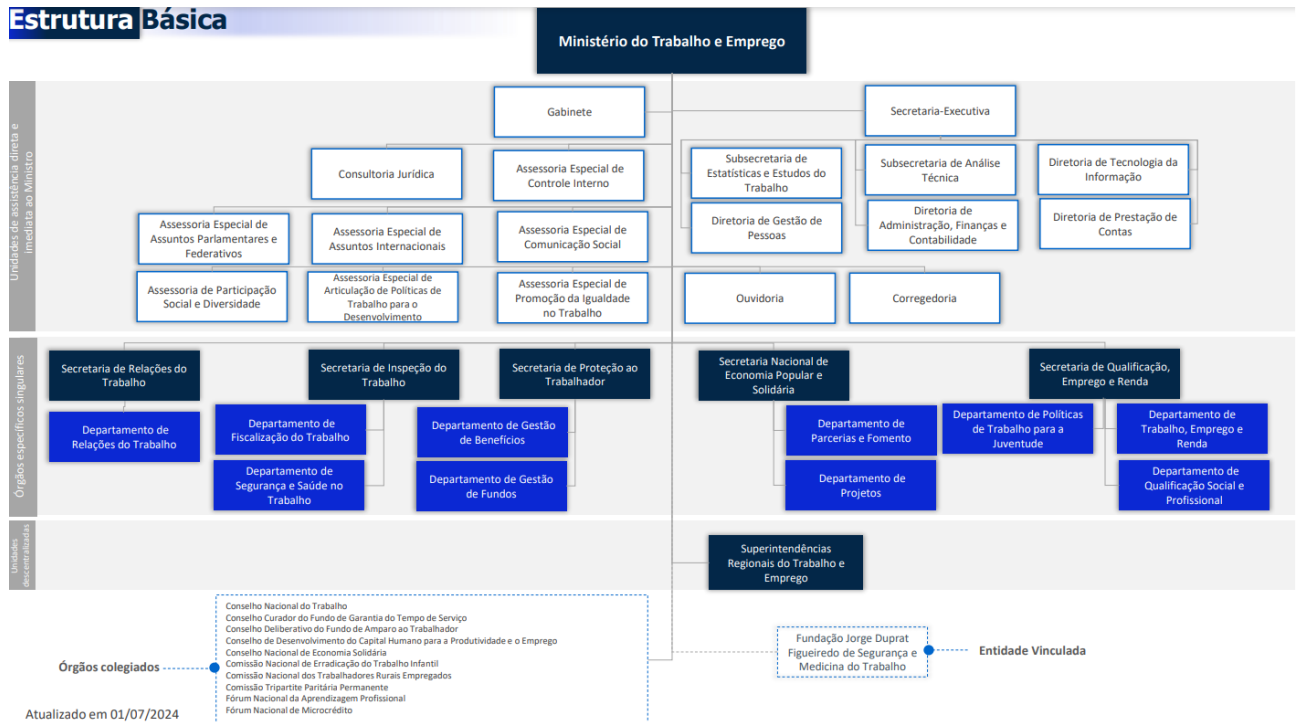
Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, convertida na lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi recriado, ocorrendo assim a cisão das pastas Trabalho e Previdência.



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, regulamentada pelo Decreto nº 11.779/2023.

## Estrutura Básica



Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma>

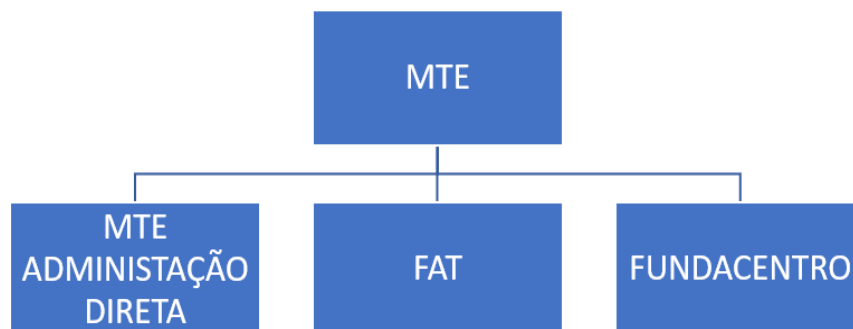
A Lei nº 14.600/2023 definiu, ainda, em seu art. 46, como área de competência do MTE:

- I. Política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II. Política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III. Fiscalização do trabalho, inclusive dos trabalhos portuário e aquaviário, e aplicação das sanções por descumprimento de normas legais ou coletivas;
- IV. Política salarial;
- V. Intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI. Segurança e saúde no trabalho;
- VII. Economia popular e solidária, cooperativismo e associativismo;
- VIII. Carteira de trabalho, registro e regulação profissionais;
- IX. Registro sindical;
- X. Produção de estatísticas, de estudos e de pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI. Políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII. Políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII. Políticas direcionadas à relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XIV. Políticas para enfrentamento da informalidade e da precariedade no mundo do trabalho, bem como ações para mitigar a rotatividade do emprego;
- XV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- XVI. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>.

Quanto aos demonstrativos contábeis, o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito da estrutura do sistema federal de contabilidade, atua como setorial de Órgão Superior dos seguintes órgãos vinculados:

- Administração Direta (MTE);
- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e
- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. E Medicina do Trabalho (Fundacentro);



A Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2026, teve por base a estrutura administrativa vigente em 2023, os créditos aprovados foram alocados na unidade orçamentária 40101.

Dotação Inicial	Dotação Atual
<b>2.609.499.698</b>	<b>2.609.499.698</b>

Fonte: SIOF - Valores em R\$

Na tabela acima observa-se que da Dotação Inicial para a Dotação Atual não houve alteração. Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as duas maiores ações orçamentárias que representam quase 54,89% do total do orçamento do MTE – Administração Direta, vinculada a unidade orçamentária 40101, para o Exercício Financeiro de 2026. O quadro a seguir apresenta os valores da dotação atual nas citadas ações orçamentárias:

Ação	Dotação Atual	%
20TP - Ativos Civis da União	1.134.675.942	43,48%
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	297.796.395	11,41%
<b>Dotação Total Atual</b>	<b>1.432.472.337</b>	<b>54,89%</b>

Fonte: SIOF 2026, valores em R\$

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/>.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Notas Explicativas.

A seguir serão apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### I - BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<a href="#">1.1</a>	123.288.802	138.467.217
Créditos a Curto Prazo	<a href="#">1.2</a>	673.656.597	668.716.471
Demais Créditos e Valores	<a href="#">1.2</a>	673.656.597	668.716.471
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto		-185.867	-185.867
Estoques		2.059.120	2.059.778
<b>Total Ativo Circulante</b>		<b>799.004.519</b>	<b>809.243.466</b>
<b>Não Circulante</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo		201.533	92.555
Créditos a Longo Prazo		201.533	92.555
Demais Créditos e Valores		239.500.083	239.391.105
(-) Ajustes para Perdas		-239.298.550	-239.298.550
Imobilizado	<a href="#">1.3</a>	473.064.411	473.174.044
Intangível	<a href="#">1.4</a>	126.454.246	124.505.075
<b>Total Ativo não Circulante</b>		<b>599.720.190</b>	<b>597.771.674</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.398.724.709</b>	<b>1.407.015.140</b>

<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
<b>Circulante</b>			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		110.900.242	135.727.137
Fornecedores e Contas a Pagar		21.007.928	3.239.729
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		7.962	7.962
Transferências Fiscais a Curto Prazo		100.750	750
Provisões		0	0
Demais Obrigações		120.687.908	83.234.512
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>252.704.789</b>	<b>222.210.090</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Total Passivo não Circulante</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>0</b>	<b>0</b>

<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Demais Reservas		27.851.978	27.821.959
Resultado do Exercício		-33.006.915	77.994.910
Resultados de Exercícios Anteriores		1.156.983.090	1.040.653.173
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>		<b>-5.808.233</b>	<b>38.335.008</b>
		<b>1.184.805.049</b>	<b>1.060.398.970</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.407.015.140</b>	<b>1.248.506.792</b>

## ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<i>Saldo Patrimonial</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
<b>Ativo</b>		
Financeiro	123.288.802	138.467.217
Permanente	0	0
	<b>123.288.802</b>	<b>138.467.217</b>
<b>Passivo</b>		
Financeiro	600.314.752	414.625.867
Permanente	56.640.285	42.457.623
	<b>656.955.037</b>	<b>457.083.490</b>
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>-533.666.235</b>	<b>-318.616.274</b>

## CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<i>Ativo</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.588.332	22.088.856
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	13.238.706	27.420.157
<b>Total</b>	<b>39.827.038</b>	<b>49.509.013</b>
<i>Passivo</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	283.852.740	332.394.529
Obrigações Contratuais	5.456.251.263	4.863.299.999
<b>Total</b>	<b>5.740.104.003</b>	<b>5.195.694.528</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>	<i>31/03/2026</i>
Recursos Ordinários	-344.327.006
Recursos Vinculados	-132.698.944
1. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	-69.610.504
2. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	-174.996
3. Dívida Pública	0
4. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	0
5. Outros Recursos Vinculados	0
6. Fundos, Órgãos e Programas	-62.913.445
<b>Total</b>	<b>-176.125.445</b>

## II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
<b>Aumentativa</b>	<a href="#">3.1</a>		
Contribuições		12.740.463	10.426.625
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		31.403.042	26.930.368
Transferências e Delegações Recebidas		29.743.827.032	27.420.036.191
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		32.823.299	46.472.058
Exploração e Venda de Bens, Serviços e		0	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		223.791.553	290.652.354
Subtotal		<b>30.044.585.389</b>	<b>27.794.517.596</b>
<b>Diminutiva</b>	<a href="#">3.2</a>		
Pessoal e Encargos		449.957.422	356.483.033
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.999.171	2.945.840
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		101.792.736	79.035.425
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		66.898	0
Transferências e Delegações Concedidas		29.495.498.940	27.318.532.850
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		15.424.513	966.558
Tributárias		91.798	117.637
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		12.760.826	10.431.083
Subtotal		<b>30.077.592.304</b>	<b>27.768.512.425</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>-33.006.915</b>	<b>26.005.171</b>

### III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Atualizada</i>	<i>Receitas Realizadas</i>	<i>Saldo</i>
<b>Corrente</b>				
Receitas de Contribuições	41.877.500	41.877.500	12.740.110	-29.137.390
Receita Patrimonial	-	-	20.415	20.415
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.027.139.346	1.027.139.346	252.727.360	-774.411.986
	<b>1.069.016.846</b>	<b>1.069.016.846</b>	<b>265.487.886</b>	<b>-803.528.960</b>
<b>Capital</b>				
Alienação de Bens	-	-	-	-
	-	-	-	-
<b>Subtotal de Receitas</b>	<b>1.069.016.846</b>	<b>1.069.016.846</b>	<b>265.487.886</b>	<b>-803.528.960</b>
<b>Déficit</b>	-	-	460.643.657	<b>460.643.657</b>
<b>Total</b>	<b>1.069.016.846</b>	<b>1.069.016.846</b>	<b>726.131.542</b>	<b>-342.885.304</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	-	-	-
Superavit Financeiro				
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Despesas Empenhadas</i>	<i>Despesas Liquidadas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Saldo</i>
<b>Corrente</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	1.575.560.359	1.575.560.359	529.280.302	398.631.222	242.053.372	1.046.280.057
Outras Despesas Correntes	710.508.103	710.688.103	193.741.518	62.946.358	51.152.752	516.946.585
	<b>2.286.068.462</b>	<b>2.286.248.462</b>	<b>723.021.820</b>	<b>461.577.580</b>	<b>293.206.124</b>	<b>1.563.226.642</b>
<b>Capital</b>						
Investimentos	25.634.841	25.454.841	3.109.722	-	-	22.345.119
	<b>25.634.841</b>	<b>25.454.841</b>	<b>3.109.722</b>	-	-	<b>22.345.119</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	297.796.395	297.796.395	-	-	-	297.796.395
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>2.609.499.698</b>	<b>2.609.499.698</b>	<b>726.131.542</b>	<b>461.577.580</b>	<b>293.206.124</b>	<b>1.883.368.156</b>
<b>Total</b>	<b>2.609.499.698</b>	<b>2.609.499.698</b>	<b>726.131.542</b>	<b>461.577.580</b>	<b>293.206.124</b>	<b>1.883.368.156</b>

#### IV - RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Nota</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
<b>Despesas Correntes</b>							
Pessoal, e Encargos		1.178.247	4.348.646	1.143.914	1.143.914	0	4.382.979
Outras Despesas Correntes		41.334.010	164.628.820	68.841.243	55.398.385	10.216.624	140.347.821
<b>Subtotal</b>		<b>42.512.257</b>	<b>168.977.466</b>	<b>69.985.158</b>	<b>56.542.299</b>	<b>10.216.624</b>	<b>144.730.800</b>
<b>Despesa de Capital</b>							
Investimentos		3.511.144	20.352.070	7.341.782	7.104.614	3.136.713	13.621.887
<b>Subtotal</b>		<b>3.511.144</b>	<b>20.352.070</b>	<b>7.341.782</b>	<b>7.104.614</b>	<b>3.136.713</b>	<b>13.621.887</b>
<b>Total</b>	<a href="#">4.2</a>	<b>46.023.401</b>	<b>189.329.537</b>	<b>77.326.940</b>	<b>63.646.913</b>	<b>13.353.337</b>	<b>158.352.688</b>

<i>RP Processado</i>	<i>Nota</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
<b>Despesas Correntes</b>						
Pessoal, e Encargos Sociais		326.896	159.128.645	159.008.452	0	447.089
Outras Despesas Correntes		1.455.876	11.953.670	11.941.951	277	1.467.318
<b>Despesas De Capital</b>						
Investimentos		0	817	817	0	0
<b>Total</b>	<a href="#">4.2</a>	<b>1.782.772</b>	<b>171.083.132</b>	<b>170.951.220</b>	<b>277</b>	<b>1.914.407</b>

#### IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa	Nota	31/03/2026	31/03/2025
<b>Das Atividades Operacionais</b>	<b><a href="#">5.2</a></b>	<b>14.395.790</b>	<b>-9.072.218</b>
<b>Ingressos</b>			
Receita de Contribuições		260.248.803	94.067.825
Receita Patrimonial		75.336	0
Remuneração das Disponibilidades		604.081	1.446.852
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.123.730.415	783.677.843
Transferências Recebidas		0	0
Outros Ingressos Operacionais		110.180.976.641	97.434.100.354
Subtotal		<b>111.565.635.276</b>	<b>98.313.292.874</b>
<b>Desembolsos</b>			
Trabalho		-1.489.920.768	-1.711.156.532
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas		23.428	-4.032
Demais Despesas		-438.313.698	-405.396.446
Transferências Concedidas		-211.312.342	-292.648.654
Outros Desembolsos Operacionais		-109.411.716.106	-95.913.159.428
Subtotal		<b>-111.551.239.486</b>	<b>-98.322.365.091</b>
<b>Das Atividades de Investimento</b>		<b>-848.171</b>	<b>-21.536.941</b>
<b>Ingressos</b>			
Alienação de Bens		265.600	166.238
Amortização de Empréstimos e		0	0
Outros Ingressos de Investimentos		0	0
<b>Subtotal Ingressos</b>		<b>265.600</b>	<b>166.238</b>
<b>Desembolsos</b>			
Aquisição de Ativo Não Circulante		-104.396	-14.316.740
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.009.374	-7.386.439
<b>Subtotal Desembolsos</b>		<b>-1.113.771</b>	<b>-21.703.179</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b><a href="#">5.1</a></b>	<b>13.547.619</b>	<b>-30.609.159</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>		<b>124.919.597</b>	<b>155.528.756</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>		<b>138.467.217</b>	<b>124.919.597</b>

## V - BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<a href="#">6.1</a>		
Recursos não vinculados		4.276.036	604.081
Recursos Vinculados		251.761.566	310.401.223
(-) Deduções da Receita Orçamentária		9.450.284	9.152.431
		<b>265.487.886</b>	<b>320.157.735</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<a href="#">6.2</a>		
Resultantes da Execução Orçamentária		19.987.560.373	17.489.831.712
Independentes da Execução Orçamentária		9.753.842.901	9.926.730.660
		<b>29.741.403.273</b>	<b>27.416.562.373</b>
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<a href="#">6.3</a>		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		168.371.457	115.534.830
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		264.553.962	206.892.472
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.364.766	2.825.392
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.827.802	1.889.463
		<b>438.117.987</b>	<b>327.142.157</b>
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		138.467.217	124.919.597
		<b>138.467.217</b>	<b>124.919.597</b>
<b>Total</b>		<b>30.583.476.363</b>	<b>28.188.781.862</b>

<i>Dispêndios</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<a href="#">6.1</a>		
Recursos não vinculados		561.476.178	456.392.385
Recursos Vinculados		164.655.364	123.198.091
		<b>726.131.542</b>	<b>579.590.476</b>
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<a href="#">6.2</a>		
Resultantes da Execução Orçamentária		20.402.499.043	17.167.055.625
Independentes da Execução Orçamentária		9.073.095.578	10.135.324.444
		<b>29.475.594.621</b>	<b>27.302.380.069</b>
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<a href="#">6.3</a>		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		170.951.220	141.288.331
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		63.646.913	59.111.500
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.147.921	1.283.202
Outros Pagamentos Extraorçamentários		21.715.342	3.052.546
		<b>258.461.397</b>	<b>204.735.580</b>
<b>Saldo do Exercício Seguinte</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		123.288.802	102.075.737
		<b>123.288.802</b>	<b>102.075.737</b>
<b>Total</b>	<a href="#">6</a>	<b>30.583.476.363</b>	<b>28.188.781.862</b>

## QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		
Sub-Repasso Recebido	385.925.351	326.044.356
Cota Recebida	19.583.371.676	16.947.468.092
Demais Transf. e Delegações Recebidas	5.813.801.371	9.918.919.194
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	3.958.304.876	224.130.732
<b>Subtotal</b>	<b>29.741.403.273</b>	<b>27.416.562.373</b>
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		
Sub-Repasso Concedido	385.925.351	326.044.356
Movimentações de Saldos Patrimoniais	245.462.282	301.963.154
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	3.091.571.730	142.011.347
Repasso Concedido	20.015.081.138	16.641.101.691
Demais Transf. e Delegações Concedidas	5.737.554.120	9.891.259.521
<b>Subtotal</b>	<b>29.475.594.621</b>	<b>27.302.380.069</b>
<b>Total</b>	<b>265.808.652</b>	<b>114.182.304</b>

Fonte: Siafi

## QUADRO DE DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Administração	- 3.655.924	- 13.856.392	-74%	0%
Assistência Social	- 485.555	-	-100%	0%
Previdência Social	- 10.018.417	- 11.171.403	-10%	1%
Trabalho	- 1.489.920.768	- 1.711.156.532	-13%	77%
Educação	- 619	- 3.024	-80%	0%
Gestão Ambiental	- 32.558	-	-100%	0%
Indústria	-	-	0%	0%
Encargos Especiais	- 424.120.625	- 380.365.627	12%	22%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	23.428	4.032	-681%	0%
<b>Total</b>	<b>- 1.928.211.038</b>	<b>- 2.116.557.009</b>	<b>-9%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – Exercício Financeiro de 2026

As Demonstrações Contábeis (DCON) do MTE e suas supervisionadas são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCON do Órgão Superior MTE foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis dos órgãos e entidades do MTE, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, ajustes para redução ao valor recuperável de ativos e instrumentos financeiros mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

### 2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MTE, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

#### 2.1 Moeda funcional

A moeda funcional do Ministério do Trabalho e Emprego, seus órgãos e entidades é o real.

#### 2.2 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há também, a possibilidade de redução de

valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

### **2.3 Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e
- IV. Demais obrigações.

### **2.4 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

### **2.5 Patrimônio Líquido**

Patrimônio líquido é o termo utilizado para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo.

### **2.3 Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a. Patrimonial;
- b. Orçamentário; e
- c. Financeiro.

### **2.3.1 Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

### **2.3.2 Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### **2.3.3 Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

## 1 . BALANÇO PATRIMONIAL

### 1 .1 CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, sendo composto pelo somatório dos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender a despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MTE.

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa	122.276.256	137.475.086	-11%	99%
Bancos	1.012.546	992.131	2%	1%
<b>Total</b>	<b>123.288.802</b>	<b>138.467.217</b>	<b>-11%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

O caixa é composto pelos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) para pagamento de despesas correntes e de capital.

<i>Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Limite de Saque	122.276.256	137.475.086	-11%	100%
<b>Total</b>	<b>122.276.256</b>	<b>137.475.086</b>	<b>-11%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Bancos</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Tesouro Nacional	1.012.546	992.131	2%	100%
<b>Total</b>	<b>1.012.546</b>	<b>992.131</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Nas tabelas acima, percebe-se que a que o limite de saque equivale a 100% do saldo da conta caixa equivalente caixa, em decorrência da liberação de recursos financeiros da Lei Orçamentária de 2026.

#### **Política Contábil**

##### **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

## 1. 2 CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### 1.2.1 Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo).

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	
Créditos por Dano ao Patrimônio	185.921	185.921	0%	0,03%	<b>Circulante</b>
Recursos da União	147.169.257	147.168.160	0%	21,84%	
Outros Créditos e Valores	526.487.285	521.548.256	1%	78,13%	
<b>Subtotal</b>	<b>673.842.463</b>	<b>668.902.338</b>	<b>1%</b>	<b>100,00%</b>	
(-) Ajuste para Perdas	- 185.867	- 185.867	0%	-0,03%	
<b>Total</b>	<b>673.656.597</b>	<b>668.716.471</b>	<b>1%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Siafi, valores em R\$.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	
Créditos por Dano ao Patrimônio	239.500.083	239.391.105	0%	100%	<b>Não Circulante</b>
Recursos da União	-	-	0%	0%	
Outros Créditos e Valores	-	-	0%	0%	
<b>Subtotal</b>	<b>239.500.083</b>	<b>239.391.105</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	
(-) Ajuste para Perdas	-239.298.550	-239.298.550	0%	-100%	
<b>Total</b>	<b>201.533</b>	<b>92.555</b>	<b>118%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Siafi, valores em R\$.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	
Créditos por Dano ao Patrimônio	239.686.004	239.577.026	0%	35,57%	<b>Agrupado</b>
Recursos da União	147.169.257	147.168.160	0%	21,84%	
Outros Créditos e Valores	526.487.285	521.548.256	1%	78,13%	
<b>Subtotal</b>	<b>913.342.546</b>	<b>908.293.442</b>	<b>1%</b>	<b>135,54%</b>	
(-) Ajuste para Perdas	-239.484.416	-239.484.416	0%	-35,54%	
<b>Total</b>	<b>673.858.130</b>	<b>668.809.026</b>	<b>1%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Em referência ao quadro acima, que consolida os valores de diversos responsáveis no grupo circulante e não circulante, cerca de 78,13% desses valores referem-se aos de outros créditos e valores que, em pouco mais da metade, referem-se a recursos da União, a serem recebidos na conta única do Tesouro Nacional, compostos das devoluções de GRU do Benefício Emergencial. A outra metade, trata de valores de adiantamento de Termo de Execução Descentralizada, que registra os valores relativos ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por TED, pendentes de prestação de contas.

## 1.2.2 Créditos por Dano ao Patrimônio

Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes à TCE instauradas pelo MTE, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e julgadas como irregulares, sendo classificadas na conta de ativo a curto e longo prazo, conforme Macrofunção 02.11.38 STN. O montante registrado em Contas a Receber está mensurado por seu valor atualizado de realização, através do Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU.

<i>Créditos por Dano ao Patrimônio</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	239.391.105	205.135.518	17%	100%
Créditos de Servidor	185.921	165.662	12%	0%
<b>Subtotal</b>	<b>239.577.026</b>	<b>205.301.180</b>	<b>17%</b>	<b>100%</b>
(-) Ajuste para Perdas	-239.484.416	-205.301.180	17%	-100%
<b>Total</b>	<b>92.610</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## Política Contábil

### a) Créditos por Dano ao Patrimônio

São valores relacionados às TCE (Tomada de Contas Especiais) oriundas de recursos do FAT, instauradas pelo Ministério do Trabalho através da Diretoria de Prestação de Contas – DPC, contra os responsáveis pela gestão dos recursos públicos, os quais foram enviados ao TCU quando o valor do débito atualizado for igual ou superior a R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) e com julgamento irregular das contas, conforme IN 98 TCU.

O Manual Siafi macrofunção nº 021138 – Diversos Responsáveis, no item 2.3.9.1, estabelece que o montante a ser registrado em Contas a Receber deve ser mensurado por seu valor atualizado de realização, de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis, levando-se em consideração, inclusive, eventuais correções monetárias e juros ou multas incidentes sobre o valor original, de acordo com os normativos legais pertinentes.

Dessa forma, no momento da inscrição do débito apurado, deve-se consultar o Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU, com fins de se obter o montante atualizado a ser contabilmente registrado. É aconselhável que atualizações dos valores registrados sejam feitas rotineiramente, no mínimo uma vez a cada exercício (preferencialmente no mês de dezembro). “(grifo nosso).

A metodologia de apuração utiliza como base os saldos e as datas iniciais do período da última atualização realizada nos registros de cada unidade gestora do MTE.

O Manual Siafi macrofunção nº 021138 – Diversos Responsáveis, no item 2.5, estabelece que os valores inscritos como responsabilidades apuradas sejam atualizados no mínimo anualmente, de preferência no mês de dezembro de cada exercício, através do Sistema de Atualização de Débito do TCU.

Os valores são atualizados por meio da Calculadora de Débitos do TCU, com a aplicação de juros de mora até a mesma data, quando aplicável de acordo com as legislações pertinentes. As atualizações dos créditos a receber de diversos responsáveis são realizadas e registradas anualmente.

Ajustes de Perdas – TCE

### b) Os ajustes de perdas estimadas, conforme o Manual Siafi macrofunção nº 020342 define que:

O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras e que para mensurar o valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização de uma metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

A metodologia empregada para calcular o ajuste de perdas apurado no TCE baseou-se na média percentual de créditos não recebidos nos últimos três exercícios:

**Cálculo do Percentual de Recebimento (PR):** O cálculo do percentual de recebimento dos créditos é realizado dividindo os valores recebidos no exercício em análise pelo saldo dos créditos a receber no mesmo ano.

$$PR = \frac{\text{Valores Recebidos}}{\text{Saldo de Créditos a Receber}}$$

**Cálculo do Percentual de Créditos Não Recebidos (PCNR):** O percentual de Créditos Não Recebidos é o resultado da subtração de 100 pelo percentual de Recebimento.

$$PCNR = 100 - PR$$

**Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio:** O Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio é obtido pela aplicação do percentual médio de créditos não recebidos dos últimos 3(três) anos sobre o Estoque de Créditos por Dano ao Patrimônio.

**Ajuste de Perdas Estimadas =**

$$\frac{PCNR \text{ ano1} + PCNR \text{ ano2} + PCNR \text{ ano3}}{3} \times \text{Estoque de Créditos a Receber ano corrente}$$

### 1.3. IMOBILIZADO

#### Política Contábil

##### Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A depreciação é realizada pelo método das cotas constantes. As vidas úteis e valores residuais utilizados são definidos pela Macrofunção Siafi 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações conforme a seguir:

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil		
CONTA CONTÁBIL	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	30%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	30%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	30%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOS	10	30%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	30%
12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	30%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	30%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	30%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE ORCINA	10	30%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	30%
12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	30%
12311.01.12 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	30%
12311.01.13 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	30%
12311.01.14 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	30%
12311.01.15 - EQUIPAM, PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	30%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	30%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA (**)	-	-
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	30%
12311.01.19 - EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	30%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	30%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	30%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	20	30%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS	10	30%
12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	30%
12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	30%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	30%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	30%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	30%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	30%
12311.03.04 - UTENSILIOS EM GERAL	10	30%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	30%
12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	30%
12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	30%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	30%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO (**)	-	-
12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	30%
12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAI, EDUCAC E DE COMUN	10	30%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	30%
12311.05.02 - VEICULOS FERROVIARIOS	30	30%
12311.05.03 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	30%
12311.05.04 - CARROS DE COMBATE	30	30%
12311.05.05 - AERONAVES (**)	-	-
12311.05.06 - EMBARCACOES (**)	-	-
12311.09.00 - ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	30%
12311.99.04 - ARMAZENS ESTRUTURAI, COBERTURAS DE LONA	10	30%
12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	30%

(\*) Segundo a Macrofunção Siafi 02.03.30, os valores são definidos a critério dos órgãos que possuem tais bens.

(\*\*) Não sofre depreciação

### 1.3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, o qual encontra-se em fase de implantação no âmbito deste ministério.

Desta forma, nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais corporativos internos, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

<i>Bens Móveis</i>	<i>Bens de Informática</i>	<i>Veículos</i>	<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>Máq, Aparel, Eqpto e Ferram</i>	<i>Mat Cult, Edu e de Comunic</i>	<i>Demais Bens Móveis</i>	<i>Total</i>
<b>Custo</b>							
<b>Saldo Inicial</b>	<b>118.939.567</b>	<b>73.629.827</b>	<b>49.647.049</b>	<b>14.783.696</b>	<b>3.370.320</b>	<b>1.951.407</b>	<b>262.321.865</b>
Adição	127.018	4.949	165.859	168.808	113.415	4.221.442	4.801.492
Baixa	-360.511	-615.397	-113.709	-29.462	-9.904	-17.686	-1.146.668
Reavaliação	-83.198	3.000	-76.135	-83.007	217.835	0	-21.504
Transferência	-285.709	0	-12.013	-4.093	-28.639	176.349	-154.105
<b>Saldo Final</b>	<b>118.337.167</b>	<b>73.022.379</b>	<b>49.611.052</b>	<b>14.835.943</b>	<b>3.663.027</b>	<b>6.331.512</b>	<b>265.801.080</b>
<b>%</b>	<b>44,52%</b>	<b>27,47%</b>	<b>18,66%</b>	<b>5,58%</b>	<b>1,38%</b>	<b>2,38%</b>	<b>100,00%</b>
<b>(-) Depreciação</b>							
<b>Saldo Inicial</b>	<b>-29.101.674</b>	<b>-7.448.129</b>	<b>-10.970.822</b>	<b>-2.150.320</b>	<b>-590.838</b>	<b>-181.368</b>	<b>-50.443.152</b>
Depreciação	-1.348.276	-472.685	-342.320	-157.357	-197.232	-2.051	-2.519.920
Baixa	72.262	80	17.713	1.227	678	1.419	93.379
Transferência	0	0	0	0	0	0	0
Redução ao valor recup de imobilizado	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>-30.377.687</b>	<b>-7.920.734</b>	<b>-11.295.430</b>	<b>-2.306.450</b>	<b>-787.392</b>	<b>-182.000</b>	<b>-52.869.693</b>
Saldo em 31/12/2025	89.837.893	66.181.698	38.676.227	12.633.376	2.779.482	1.770.039	211.878.714
Saldo em 31/03/2026	87.959.479	65.101.645	38.315.623	12.529.493	2.875.635	6.149.512	212.931.387

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Os valores constantes na tabela acima não contêm os ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável.

Cabe destacar que nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais não institucionalizados, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante no manual Siafi - Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

### 1.3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens existe a recomendação de utilização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Imóveis Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	<i>Total</i>
<b>Custo</b>					
<b>Saldo Inicial</b>	<b>208.391.680</b>	<b>15.526.971</b>	<b>4.402.843</b>	<b>36.155.257</b>	<b>264.476.752</b>
Adição	1.811	27.019	0	0	28.830
Baixa	0	0	-693.331	0	-693.331
Reavaliação	0	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>208.393.491</b>	<b>15.553.990</b>	<b>3.709.512</b>	<b>36.155.257</b>	<b>263.812.250</b>
<b>%</b>	<b>78,99%</b>	<b>5,90%</b>	<b>1,41%</b>	<b>13,70%</b>	<b>100,00%</b>
<b>(-) Depreciação</b>					
<b>Saldo Inicial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-3.181.422</b>	<b>-3.181.422</b>
Depreciação	0	0	0	-497.805	-497.805
Baixa	0	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-3.679.226</b>	<b>-3.679.226</b>
Saldo em 31/12/2025	208.391.680	15.526.971	4.402.843	32.973.836	261.295.330
Saldo em 31/03/2026	208.393.491	15.553.990	3.709.512	32.476.031	260.133.024

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## **Política Contábil**

### **Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

#### **Reavaliação**

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);

II. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e

III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

#### **Redução ao Valor Recuperável**

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, caso haja indício, deverá realizar testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção inicial, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

#### **Depreciação, Amortização e Exaustão**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

O valor depreciado dos bens imóveis do MTE e suas entidades supervisionadas é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### 1.4. Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

<i>Intangível</i>	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Fase de Desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
<b>Vida Útil Definida</b>			
<b>Saldo Inicial</b>	<b>72.814.161</b>	<b>163.586</b>	<b>72.977.747</b>
Adição	1.920.666	0	1.920.666
Baixa	0	0	0
Transferência	0	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>74.734.826</b>	<b>163.586</b>	<b>74.898.412</b>
<b>Vida Útil Indefinida</b>			
<b>Saldo Inicial</b>	<b>51.527.328</b>	<b>0</b>	<b>51.527.328</b>
Adição	28.505	0	28.505
Baixa	0	0	0
Transferência	0	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>51.555.834</b>	<b>0</b>	<b>51.555.834</b>
<b>(-) Amortização</b>			
<b>Saldo Inicial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Amortização	0	0	0
Baixa	0	0	0
Transferência	0	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>124.341.489</b>	<b>163.586</b>	<b>124.505.075</b>
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>126.290.660</b>	<b>163.586</b>	<b>126.454.246</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## 2 . CONTAS DE CONTROLE

As Contas de Controle são contas com função precípua de controle dos atos potenciais com esta característica, ou seja, o registro de abertura dos controles dos contratos e os convênios e ainda a inscrição de controles por meio de fatos contábeis praticados pelo gestor que podem vir a refletir na gestão do patrimônio público.

<b>Controle</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>AH%</b>
<b>Execução dos Atos Potenciais</b>			
<b>Atos Potenciais Passivos</b>			
Convênios e Instrumentos Congêneres	2.065.447.550	2.073.022.104	100%
Contratos em Execução	5.456.251.263	3.352.477.908	163%
<b>Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens</b>			
Responsabilidade de Terceiros	29.658	565.146	5%
Responsabilidade com Terceiros	63.184	63.184	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### 2.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

#### Estoque de Prestação de Contas de Convênios e Congêneres

<b>Estoque de Prestação de Contas</b>	<b>31/03/26</b>	<b>31/03/25</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Anterior a 2002	2	2	0,00%	12,50%
Entre 2003 e 2006	32.662.304	38.587.546	3,08%	-15,36%
Entre 2007 e 2010	295.931.894	334.811.556	26,47%	-11,61%
Entre 2011 e 2014	378.490.417	428.524.229	33,77%	-11,68%
Entre 2015 e 2019	255.508.278	255.857.976	17,31%	-0,14%
Entre 2020 e 2024	172.991.032	173.141.032	12,71%	-0,09%
Ano 2025	33.645.196	114.624.574	12,71%	-70,65%
A Vencer	178.239.368	38.562.286	6,67%	362,21%
<b>Total</b>	<b>1.347.468.491</b>	<b>1.384.109.201</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,65%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## 2.2 Contratos em Execução

Compreende o registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante.

O quadro a seguir apresenta os Contratos de Serviços em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de serviços em Execução</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA S.A	2.122.343.964	1.606.232.328	32%	38,97%
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.505.002.887	0	100%	27,63%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.213.878.652	1.266.742.816	-4%	22,29%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	170.013.998	174.893.228	-3%	3,12%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS	146.177.578	0	100%	2,68%
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	42.828.486	25.788.012	66%	0,79%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	34.569.195	21.818.279	58%	0,63%
BANCO DO BRASIL SA	33.965.593	45.966.705	-26%	0,62%
ARAUJO ABREU ENGENHARIA LTDA	28.030.227	40.128.246	-30%	0,51%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	24.585.974	31.000.080	-21%	0,45%
SOLLO SERVICOS LTDA	19.990.110	13.420.189	49%	0,37%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	16.113.053	18.451.471	-13%	0,30%
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	14.190.192	20.546.053	-31%	0,26%
PROCLIMA ENGENHARIA LTDA	8.871.693	17.569.920	-50%	0,16%
ALUCOM LTDA	7.366.439	0	100%	0,14%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	7.307.026	0	100%	0,13%
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	6.836.853	6.836.848	0%	0,13%
M/CHECON DESIGN E CENOGRAFIA LTDA	6.442.709	0	100%	0,12%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	6.388.269	4.512.268	42%	0,12%
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	4.475.526	4.245.507	5%	0,08%
LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	3.521.228	0	100%	0,06%
CONVERGINT COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	2.854.773	4.109.135	-31%	0,05%
BRADIESEL COMERCIO E SERVICOS DE AUTO PECAS LTDA	2.087.437	0	100%	0,04%
ZOOMTECH LTDA	1.990.000	0	100%	0,04%
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	1.885.558	870.423	117%	0,03%
SOLUCTION LOGISTICA E EVENTOS LTDA	1.425.780	0	100%	0,03%
ATLANTICO ENGENHARIA LTDA	1.115.093	319.307	249%	0,02%
ASAP FACILITIES SERVICOS DE CONFORTO E CONVENIENCIA LTD	1.023.014	0	100%	0,02%
DIVERSOS	10.840.192	38.994.467	-72%	0,20%
<b>Total</b>	<b>5.446.121.498</b>	<b>3.342.445.281</b>	<b>62,94%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

No quadro a seguir, apresentam-se os Contratos de **Bens** em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de Fornecedores de Bens em Execução</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.		3.571.320	0%	0%
O2 SOLUCOES EM TECNOLOGIA DIGITAL LTDA	4.000.000	0	40000000000%	59%
COZILANDIA EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	1.511.725	0	15117250000%	22%
Outros	1.217.650	1.135.751	107%	18%
<b>Total</b>	<b>6.729.375</b>	<b>4.707.071</b>	<b>43%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A seguir são apresentados os Contratos de Aluguel em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de Aluguel em Execução</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
AR EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA	3.314.646	5.257.174	-37%	100%
Outro	6.306	57.490	-89%	0%
<b>Total</b>	<b>3.320.952</b>	<b>5.314.664</b>	<b>-38%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### 2.3 - Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	320.815.349	315.524.735	2%	100%
Pagamentos Indevidos	99.245	99.245	0%	0%
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.118	60.118	0%	0%
<b>Total</b>	<b>320.974.712</b>	<b>315.684.098</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## 2.4 – Passivos Contingentes

Segundo o MCASP (Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público) no item 17.1. Define que:

Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuj  
existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros  
incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou

b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida  
porque:

i. É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial  
de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou

ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Foi criada pela Portaria DAL nº 16 de 26 de abril de 2019 a força tarefa que tinha como  
responsabilidade o acompanhamento de contrato firmado entre a DATAPREV – Empresa de Tecnologia e  
Informação da Previdência, que presta serviços especializados de solução de tecnologia de informação e  
Comunicação (TIC), relativos a sistemas informatizados para operacionalização de ações de Amparo ao  
Trabalhador (FAT) que dizem respeito ao programa de Seguro desemprego, abono salarial, sistemas de  
identificação Profissional (SIP), programas de educação profissional e tecnológica, programas de geração de  
emprego e renda e gestão do próprio fundo.

Em 2020 foi emitida pela força tarefa a Nota Técnica nº 49497/2020/ME com a finalidade de  
apresentar valores controversos (aqueles sobre os quais resta discordância) através da análise da cobrança  
de títulos em abertos e encargos com a empresa DATAPREV. A época foi evidenciada a existência da  
obrigação, porém, com a cisão ocorrida no início de 2021 com o ministério da economia, não foi possível a  
mensuração dos valores até o encerramento do atual exercício, impossibilitando o registro do passivo  
contingente nas contas de controle no MTP/MTE.

De acordo com o item 17.6.2 do MCASP, visto que é uma obrigação presente, com provável  
probabilidade de saída de recursos, comprovado o passivo, e que existe a possibilidade de estimativa de valor  
atualizado, classificou-se o mesmo como passivo contingente na forma de evidenciação na presente nota  
explicativa.

### 3 . DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no primeiro trimestre do ano de 2026 foi **deficitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Varição Patrimonial Aumentativa	30.044.585.389	27.794.517.596	8%	-91025,13%
Varição Patrimonial Diminutiva	-30.077.592.304	-27.768.512.425	8%	91125,13%
<b>Total</b>	<b>-33.006.915</b>	<b>26.005.171</b>	<b>-227%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

#### 3.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

#### 3.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

#### 3.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado **Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras)**, com o mesmo período do exercício anterior.

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>				
Juros e Encargos de Mora	31.382.615	26.048.525	20%	99,93%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	20.427	881.843	-98%	0,07%
	<b>31.403.042</b>	<b>26.930.368</b>	<b>17%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>				
Juros e Encargos de Mora	66.855	0	100%	0,21%
Variações Monetárias e Cambiais	-			
Descontos Financeiros Concedidos	44	0	100%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais	0	0	0%	0,00%
	<b>66.898</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>	<b>0,21%</b>
<b>Total</b>	<b>31.336.143</b>	<b>26.930.368</b>	<b>16%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### 3.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela a seguir, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	31/03/2026	31/03/2025	AH%	AV%
<b>Aumentativa</b>				
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	32.823.299	46.472.058	-29%	9%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	0	0	0%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	223.791.553	290.652.354	-23%	60%
	<b>256.614.852</b>	<b>337.124.412</b>	<b>-24%</b>	<b>69%</b>
<b>Diminutiva</b>				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.999.171	2.945.840	-32%	1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	101.792.736	79.035.425	29%	27%
Transferências e Delegações Líquidas	-248.328.093	-101.503.341	145%	-67%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.424.513	966.558	1496%	4%
Tributárias	91.798	117.637	-22%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.760.826	10.431.083	22%	3%
	<b>-116.259.049</b>	<b>-8.006.798</b>	<b>1352%</b>	<b>-31%</b>
<b>Total</b>	<b>372.873.901</b>	<b>345.131.210</b>	<b>8%</b>	<b>38%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### 3.5 Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Varição Patrimonial</i>	31/03/2026	31/03/2025
<b>Aumentativa</b>		
Contribuições	12.740.463	10.426.625
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	31.403.042	26.930.368
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	32.823.299	46.472.058
Transferências e Delegações Líquidas	248.328.093	101.503.341
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	223.791.553	290.652.354
	<b>549.086.449</b>	<b>475.984.746</b>
<b>Diminutiva</b>		
Pessoal, e Encargos	449.957.422	356.483.033
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.999.171	2.945.840
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	101.792.736	79.035.425
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	66.898	0
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.424.513	966.558
Tributárias	91.798	117.637
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.760.826	10.431.083
	<b>582.093.364</b>	<b>449.979.576</b>
<b>Total</b>	<b>-33.006.915</b>	<b>26.005.171</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>				
Sub-Repasse Recebido	385.925.351	326.044.356	18%	1%
Cota Recebida	19.583.371.676	16.947.468.092	16%	66%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	5.813.801.371	9.918.919.194	-41%	20%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	3.958.304.876	224.130.732	1666%	13%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.423.759	3.473.818	-30%	0%
<b>Subtotal</b>	<b>29.743.827.032</b>	<b>27.420.036.191</b>	<b>8%</b>	<b>100%</b>
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>				
Sub-Repasse Concedido	385.925.351	326.044.356	18%	1%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	245.462.282	301.963.154	-19%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	3.091.571.730	142.011.347	2077%	10%
Repasse Concedido	20.015.081.138	16.641.101.691	20%	68%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	5.737.554.120	9.891.259.521	-42%	19%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	19.904.319	16.152.781	23%	0%
<b>Subtotal</b>	<b>29.495.498.940</b>	<b>27.318.532.850</b>	<b>8%</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>248.328.093</b>	<b>101.503.341</b>	<b>145%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### *A) Transferências e Delegações Recebidas*

- I. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- II. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre Unidades Gestoras do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

### *B) Transferências e Delegações Concedidas*

- I. Repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.

- III. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

## 4 . BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### 4.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
DFC Atividades Operacionais - Ingressos	Remuneração das Disponibilidades	20.415	622.539
	Transferências Recebidas	252.727.360	309.109.351
	<b>Subtotal</b>	<b>252.747.776</b>	<b>309.731.889</b>
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receita Patrimonial	20.415	622.539
	Transferências Correntes	252.727.360	309.109.351
	<b>Subtotal</b>	<b>252.747.776</b>	<b>309.731.889</b>
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
DFC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	432.510.670	367.497.665
	Demais Despesas	35.106.131	51.346.572
	Transferências Concedidas	56.094.675	38.600.279
	<b>Subtotal</b>	<b>523.711.476</b>	<b>457.444.515</b>
DFC Atividades Investimento - Desembolsos	Aquisição de Ativo Não Circulante	4.056.487	54.461
	Outros Desembolsos de Investimentos	36.295	64.029
		<b>4.092.782</b>	<b>118.490</b>
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	520.698.826	457.077.258
	<b>Subtotal</b>	<b>520.698.826</b>	<b>457.077.258</b>
Balanço Orçamento - Despesas Capital			
	Outras Despesas Correntes	7.105.432	485.747
	<b>Subtotal</b>	<b>7.105.432</b>	<b>485.747</b>
<b>Diferença</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## 4.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição a seguir:

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos e Reinscritos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Pagos</i>	<i>A Pagar</i>
Não Processados	235.352.938	13.353.337	63.646.913	158.352.688
Processados	172.865.905	277	170.951.220	1.914.407
<b>Total</b>	<b>408.218.842</b>	<b>13.353.614</b>	<b>234.598.134</b>	<b>160.267.094</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

Restos a Pagar Não Processados	Reinscritos	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Outras Despesas Correntes e de Capital</b>						
REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	4.556.381	14.245.336	5.493.375	5.493.375	0	13.308.342
AUXÍLIO EXTRAORDINARIO DESTINADO A PESCADORES E PESCADORAS P	2.281.737	0	0	0	0	2.281.737
EXERCICIO DA PRESIDENCIA DO G20 PELO BRASIL	3.008.127	0	0	0	0	3.008.127
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.764.933	30.476.428	15.268.231	12.794.763	3.374.401	19.072.197
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	342.078	510.181	54.775	54.775	0	797.484
COMUNICACAO INSTITUCIONAL	143.232	0	0	0	0	143.232
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	1.693	0	0	0	1.270	422
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.178.247	4.348.646	1.143.914	1.143.914	0	4.382.979
FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	438.890	4.235.498	973.384	402.410	686.683	3.585.295
DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	29.633	2.075	0	0	29.633	2.075
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	269.231	4.626.750	1.112.491	1.012.491	0	3.883.490
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	0	483	0	0	0	483
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	132.162	365.504	165.141	165.141	0	332.524
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	9.860.219	31.411.910	17.808.877	17.808.548	393.811	23.069.771
GESTAO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO	1.814.506	7.385.156	980.768	979.028	315.205	7.905.429
SISTEMA DE ESCRITURACAO DIGITAL DAS OBRIGACOES FISCAIS, PREV	0	44.435.038	10.219.464	0	0	44.435.038
GESTAO E APOIO OPERACIONAL AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	27.474	127.405	116.825	116.825	27.474	10.579
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL - PROJOVEM TRABALHADOR	2.979.691	0	0	0	0	2.979.691
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	259.282	189.303	19.927	19.927	186.820	241.838
CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	0	788.574	112.949	112.949	0	675.625
JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL	0	3.048	0	0	0	3.048
CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	13.593.951	43.759.949	23.353.591	23.039.538	8.223.913	26.090.449
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	181.934	608.098	503.228	503.228	114.127	172.678
APOIO E FOMENTO A PROJETOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0	1.299.226	0	0	0	1.299.226
FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	0	510.930	0	0	0	510.930
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIM	160.000	0	0	0	0	160.000
<b>TOTAL</b>	<b>46.023.401</b>	<b>189.329.537</b>	<b>77.326.940</b>	<b>63.646.913</b>	<b>13.353.337</b>	<b>158.352.688</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
<b>Outras Despesas Correntes e de capital</b>					
INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	0	27.404	27.404	0	0
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0	15.266.520	15.266.520	0	0
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	77.131	1.503.002	1.579.179	33	920
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0	651.898	651.898	0	0
CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	0	857	857	0	0
CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	1.377.058	954.993	954.993	0	1.377.058
BONUS DE EFICIENCIA E PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES ATIVOS DA	7	171.092	170.391	0	708
REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	0	353.120	353.120	0	0
Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	0	118.027	118.027	0	0
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	326.896	128.128.847	128.008.654	0	447.089
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança	0	281.289	268.583	244	12.462
FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	0	1.290	1.290	0	0
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	931	7.684.417	7.684.417	0	931
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	0	64.276	7.009	0	57.267
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	0	131.721	131.721	0	0
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	0	34.631	17.409	0	17.222
GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	0	15.705.875	15.705.875	0	0
GESTAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	750	0	0	0	750
GESTAO E APOIO OPERACIONAL AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	0	2.203	2.203	0	0
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	0	1.672	1.672	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.782.772</b>	<b>171.083.132</b>	<b>170.951.220</b>	<b>277</b>	<b>1.914.407</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### 4.3 Execução Orçamentária

Ação	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro	4.294.533,00	0,00	0,00	0,00
00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	1.561.014,00	890.000,00	625.898,00	625.898,00
00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	14.121,00	0,00	0,00	0,00
OZ00 - Reserva de Contingência - Financeira	297.796.395,00	0,00	0,00	0,00
2A95 - Inclusão Produtiva das Juventudes	9.667.431,00	0,00	0,00	0,00
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	185.582.935,00	44.086.214,00	42.974.577,00	42.974.577,00
20TP - Ativos Cíveis da União	1.134.675.942,00	407.217.288,00	298.563.435,00	275.642.826,00
20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	32.648.000,00	12.237.561,00	3.599.333,00	3.483.877,00
20YV - Democratização das Relações de Trabalho	930.788,00	101.000,00	40.234,00	39.893,00
21AX - Gestão das Políticas de Trabalho	87.814.182,00	9.997.799,00	1.529.572,00	1.519.571,00
21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	143.854.937,00	0,00	0,00	0,00
21BX - Bônus de Eficiência e Produtividade e Pagamento Extraordinário por processos ou serviços de servidores ativos da União	254.008.620,00	77.410.000,00	56.750.624,00	56.750.624,00
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1.278.741,00	566.800,00	392.665,00	391.804,00
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	67.379.145,00	28.231.324,00	20.568.186,00	20.568.186,00
215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	72.386.315,00	3.942.792,00	3.363.152,00	3.228.079,00
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.960.978,00	734.680,00	550.943,00	550.943,00
0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	63.036.000,00	62.844.000,00	12.739.286,00	12.739.286,00
2000 - Administração da Unidade	123.459.364,00	29.741.969,00	9.105.536,00	7.930.604,00
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12.228.636,00	2.821.203,00	2.068.612,00	2.068.612,00
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	17.651.692,00	0,00	0,00	0,00
4815 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas	97.269.929,00	33.332.949,00	17.665.725,00	17.173.417,00
<b>Total</b>	<b>2.609.499.698,00</b>	<b>714.155.577,00</b>	<b>470.537.779,00</b>	<b>445.688.197,00</b>

Fonte: Siop, valores em R\$.

## 5 . DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### 5.1. Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa possibilitam avaliar as origens e aplicações dos recursos financeiros no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No primeiro trimestre de 2026, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$13.547.619 milhões, representando um aumento de 144% em relação ao mesmo período de 2025, cuja geração foi de R\$ -30.609.159 milhões negativos.

Esse resultado decorre, majoritariamente, das atividades operacionais, que contribuíram com R\$ 14.3 milhões no exercício de 2026, evidenciando um acréscimo de 259% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Por outro lado, as atividades de investimento apresentaram um fluxo negativo de R\$ 848.1 mil, valor significativamente inferior ao registrado no mesmo período de 2025, o que representa uma redução de 96% na saída de caixa por essa atividade.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro, refletindo a capacidade da entidade de gerar caixa líquido por meio de suas operações e decisões de investimento.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Atividades Operacionais	14.395.790	-9.072.218	-259%	106%
Atividades de Investimento	-848.171	-21.536.941	-96%	-6%
<b>Total</b>	<b>13.547.619</b>	<b>-30.609.159</b>	<b>-144%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

### 5.2. Atividades Operacionais

A variação verificada no grupo de Atividades Operacionais está relacionada, predominantemente, aos valores registrados nas rubricas de Transferências e Delegações, os quais refletem, em sua maior parte, as movimentações financeiras realizadas entre Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ademais, contribuíram para essa variação os pagamentos efetuados relativos a Sentenças Judiciais. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota 6.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais.

### 5.3. Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em observância ao disposto no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, no que se refere à obrigatoriedade de divulgação da conciliação entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, apresenta-se a seguir o demonstrativo referente ao 1º trimestre dos exercícios de 2026 e 2025.

No exercício de 2026, a DFC evidencia um saldo inicial de R\$ 138.467.217, ao qual se somam os ingressos líquidos provenientes das atividades operacionais (R\$ -11.085.633) e se subtraem as saídas das atividades de investimento (R\$ -4.092.782), resultando em um saldo final de R\$123.288.802. Valor idêntico

é observado na composição do ativo disponível no Balanço Patrimonial, sendo R\$ 123.288.802 registrados na rubrica de Caixa de R\$ 122.276.256 e R\$ 1.012.546 na de Bancos.

O mesmo procedimento de conciliação pode ser observado no exercício de 2025, no qual o saldo final da DFC, após as variações decorrentes das atividades operacionais e de investimento, totalizou R\$ 102.075.737, valor compatível com os saldos registrados nas contas de Caixa (R\$ 101.140.485) e Bancos (R\$ 935.253) do Balanço Patrimonial.

Essa conciliação assegura a consistência entre as demonstrações contábeis e reforça a fidedignidade dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	138.467.217	124.919.597
	Ingressos Operacionais	-11.085.633	-22.725.370
	Atividades de Investimento	-4.092.782	-118.490
	Atividades de Financiamento	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>123.288.802</b>	<b>102.075.737</b>
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2026</i>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa	122.276.256	101.140.485
	Bancos	1.012.546	935.253
	<b>Subtotal</b>	<b>123.288.802</b>	<b>102.075.737</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## 6 . BALANÇO FINANCEIRO

### 6.1 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apurado no Balanço Financeiro em 31/03/2026, totalizou R\$ 15.178.415, representando a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no período. Este indicador reflete o equilíbrio financeiro, e não o seu desempenho orçamentário.

Os principais componentes que impactaram o resultado foram:

- Resultado Orçamentário negativo de R\$ 460.643.657 milhões, decorrente da comparação entre as receitas em torno de (R\$ 265,4 milhões) e despesas orçamentárias em torno de (R\$ 726,1 milhões);
- Transferências Financeiras Líquidas positivas de R\$ 265,8 milhão, resultado da diferença entre os recursos recebidos (R\$ 29,7 bilhões) e os concedidos (R\$ 29,4 bilhões);
- Resultado Extraorçamentário positivo de R\$ 179,6 milhões.

Em comparação ao mesmo período de 2025, observa-se uma redução de 34% na geração líquida de caixa, refletindo principalmente o reforço nas transferências financeiras intergovernamentais.

A apuração está em conformidade com os princípios contábeis aplicados ao setor público e encontra-se demonstrada também na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, cujo saldo final concilia-se com os valores registrados no Balanço Patrimonial.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	265.487.886	320.157.735	-17%
Despesa Orçamentária	-726.131.542	-579.590.476	25%
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>-460.643.657</b>	<b>-259.432.741</b>	<b>78%</b>
Transferências Financeiras Recebidas	29.741.403.273	27.416.562.373	8%
Transferências Financeiras Concedidas	-29.475.594.621	-27.302.380.069	8%
<b>Transferências Financeiras Líquidas</b>	<b>265.808.652</b>	<b>114.182.304</b>	<b>133%</b>
Recebimentos Extraorçamentários	438.117.987	327.142.157	34%
Pagamentos Extraorçamentários	-258.461.397	-204.735.580	26%
<b>Resultado Extraorçamentários</b>	<b>179.656.590</b>	<b>122.406.577</b>	<b>47%</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>-15.178.415</b>	<b>-22.843.860</b>	<b>-34%</b>
<b>Geração Líquida de Caixa</b>	<b>-15.178.415</b>	<b>-22.843.860</b>	<b>-34%</b>

Fonte: Siafi, valores em R\$.

## 6.2 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação observada nas despesas orçamentárias é atribuída à realização de pagamentos relacionados às obrigações com o Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho.

## 6.3 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

A variação observada no grupo de Transferências e Delegações decorre, predominantemente, das movimentações financeiras realizadas entre as Unidades Gestoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os órgãos vinculados.

Tais variações correspondem às transferências intraórgão, cujos registros patrimoniais são impactados por operações financeiras de repasse e descentralização de créditos, sem impacto efetivo sobre o resultado econômico da entidade.

Para informações mais detalhadas sobre a composição e natureza dessas variações, recomenda-se a consulta à Nota 6.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

## 6.4 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

A variação registrada no resultado financeiro entre os exercícios decorre, principalmente, do aumento na inscrição de Restos a Pagar, bem como da elevação nos pagamentos efetuados a título desses passivos.

Tais movimentações impactam diretamente o fluxo financeiro do exercício, contribuindo para a oscilação entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes, conforme evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa e no Balanço Financeiro.